

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Aspectos psicossociais da pobreza e dos programas de transferência de renda: existem pontes?¹

Psychosocial aspects of poverty and cash transfer programs: are there bridges?

Aspectos psicosociales de la pobreza y de los programas de transferencias monetarias: hay puentes?

Carla Bronzo²

<https://orcid.org/0000-0001-7585-3655>

Eduarda da Silva Moreira³

<https://orcid.org/0000-0002-8770-9615>

Recebido em: 28/08/2023

Aprovado em: 26/04/2024

Resumo: O artigo identifica os nexos existentes entre as dimensões psicossociais da pobreza e os principais programas de transferência condicionada de renda (PTCR) da América Latina. O artigo parte da concep-

1 Agradecemos à Fapemig o apoio para a produção do artigo, por meio do suporte ao nosso grupo de pesquisa: “Desigualdades, Vulnerabilidades e Proteção Social” (Projeto APQ-03615-23).

2 Socióloga. Mestrado e Doutorado em Sociologia e Política (UFMG). Profissional vinculada à Escola de Governo da Fundação João Pinheiro/MG. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2040877413046909>>. E-mail: <carla.bronzo@fjp.mg.gov.br>.

3 Administradora pública. Graduação em Administração Pública na Fundação João Pinheiro (FJP). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0324230240795368>>. E-mail: <eduarda.moreira@saude.mg.gov.br>.

ção de que o fenômeno da pobreza possui uma dimensão psicossocial e busca identificar as pontes existentes entre a teorização e a mensuração de tais dimensões e sua incorporação na produção das políticas públicas. A partir de uma revisão bibliográfica sistemática, foram analisados 103 artigos e 11 programas. Os resultados apontam para uma fragilidade no desenho dos programas de transferência, pois – ainda que alguns considerem tais dimensões presentes – não existe uma tradução destas em termos de ações ou estratégias de intervenção. Ou seja, embora se tenha um razoável avanço no campo da teorização e da mensuração da pobreza para além de seus elementos materiais e objetivos, tem-se pouca apropriação da referida discussão no campo da ação governamental, no desenho, na implementação e na avaliação das políticas públicas.

Palavras-chave: aspectos e dimensões psicossociais, pobreza multidimensional, programas de transferência condicionada de renda.

Abstract: The article identifies the links between the psychosocial dimensions of poverty and the main conditional cash transfer programs (PTCR) in Latin America. The article is based on the concept that the phenomenon of poverty has a psychosocial dimension and seeks to identify the bridges between theorizing and measuring such dimensions and their incorporation in the production of public policies. From a systematic literature review, 103 articles and 11 programs were analyzed. The results point to a weakness in the design of programs, as even though some consider these dimensions to be present, there is no translation in terms of actions or intervention strategies. In other words, although there has been a reasonable advance in the field of theorizing and measuring poverty beyond its material and objective elements, there has been little appropriation of this discussion in the field of government action, in the design, implementation and evaluation of public policies.

Keywords: psychosocial aspects and dimensions, multidimensional poverty, conditional cash transfer programs.

Resumen: El artículo identifica los vínculos entre las dimensiones psicossociales de la pobreza y los principales programas de transferencias monetarias condicionadas (PTCR) en América Latina. El artículo se basa en el concepto de que el fenómeno de la pobreza tiene una dimensión psicossocial y busca comprender qué puentes existen entre teorizar

y medir tales dimensiones y su incorporación en la producción de políticas públicas. A partir de una revisión sistemática de la literatura se analizaron 103 artículos y 11 programas. Los resultados apuntan a una debilidad en el diseño de los programas, pues aunque algunos consideran que estas dimensiones están presentes, no hay traducción de las mismas en términos de acciones o estrategias de intervención. Es decir, si bien ha habido un avance razonable en el campo de teorizar y medir la pobreza más allá de sus elementos materiales y objetivos, ha habido poca apropiación de esta discusión en el campo de la acción gubernamental, en el diseño, implementación y evaluación de políticas públicas.

Palabras clave: aspectos e dimensiones psicosociales, pobreza multidimensional, programas de transferencia monetária condicionada.

Introdução

Já existe um razoável consenso no debate sobre a pobreza de que ela se trata de um fenômeno multifacetado ou multidimensional com causas múltiplas, que se sobrepõem (ALKIRE & FOSTER, 2009; NARAYAN et al., 2002; KAKWANI, 2007; SPICKER, 2007; FERES & MANCERO, 2001). Produções mais recentes enfatizam a presença de condições de privação que vão além da ausência de renda ou das carências materiais e objetivas. Os estudos, em sua grande parte, focam na construção de medidas para capturar tais dimensões, impulsionados pela concepção de pobreza multidimensional e pelo enfoque das capacidades (ALKIRE, 2018; SOUZA FILHO, 2022). Tais abordagens enfatizam a pobreza em sua dupla condição: como privação material e que apresenta também uma dimensão de natureza intersubjetiva, envolvendo aspectos do empoderamento e da agência,⁴ da autonomia, da baixa autoestima, dos sentimentos de vergonha e humilhação, dentre outros de natureza menos tangível. Vários estudos (RACZYNSKI, 2002; NARAYAN et al., 2002; OTTONELLI et al., 2011) enfatizam que o aspecto da renda é insuficiente para a caracterização e a mensuração da pobreza. Existem iniciativas que buscam identificar e mensurar as dimensões faltantes da pobreza (OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE & CAF, 2016).

4 O termo “agência” é utilizado aqui para se referir à capacidade de ação e de protagonismo, de coautoría e de corresponsabilidade do indivíduo pela sua trajetória de inserção social. O vocábulo também é utilizado para afirmar o papel dos agentes institucionais, informais e familiares na produção de bem-estar dos indivíduos (ALSOP, 2005).

Entretanto, embora se tenha um razoável avanço no campo da teorização e principalmente da mensuração da pobreza para além de seus elementos materiais e objetivos, tem-se pouca apropriação da referida discussão no campo da ação governamental, no desenho, na implementação e na avaliação das políticas públicas. É este o propósito do presente artigo: buscar identificar as pontes entre o reconhecimento da natureza multidimensional da pobreza no debate teórico e nos esforços de mensuração (dimensão metodológica), por um lado, e a adoção da referida perspectiva no campo da produção de programas e políticas públicas para o enfrentamento da pobreza, por outro.

O artigo se concentra na análise dos programas de transferência condicionada de renda (PTCR), escopo que se justifica pela popularidade e pela abrangência de tais programas, que se configuram como as principais estratégias de enfrentamento da pobreza que, desde a década de 1990, têm se popularizado pelo mundo, sobretudo entre os países em desenvolvimento (NAZARENO & VASCONCELOS, 2015). Em 2017, existiam 30 PTCR ativos em 20 países da América Latina, que atendiam a cerca de 130 milhões de pessoas (CECCHINI & ATUESTA, 2017, p. 22).

O desenho das políticas públicas supõe ou pressupõe uma concepção e um enquadramento do fenômeno. No artigo, buscou-se analisar como os PTCR incorporam ou não uma concepção de natureza psicossocial. Além disso, analisou-se *se e como* tal concepção se traduz em ações e estratégias de intervenção que possam ser avaliadas em seus efeitos. Buscou-se, ainda, no artigo mobilizar, na análise de tais programas e de forma exploratória, três camadas de análise: (I) a atenção aos aspectos psicossociais na definição do problema da pobreza; (II) *se e como* tais dimensões estão presentes no desenho e nas estratégias dos programas de transferência de renda; e (III) avaliações sobre os efeitos de tais programas em dimensões menos tangíveis da pobreza.

Metodologia

Para a revisão dos estudos e documentos publicados sobre o tema pesquisado, o que constitui a primeira camada de análise (a atenção aos aspectos psicossociais na definição do problema da pobreza), foram realizadas buscas nos principais meios eletrônicos de pesquisa: Scielo, Portal Capes, Google Acadêmico e repositórios institucionais, com palavras-chave em português, espanhol e inglês.

Ao todo, foram resgatados 103 artigos, a partir da busca pelas seguintes palavras-chave: (I) pobreza multidimensional; pobreza subjetiva; dimensões menos tangíveis; dimensões psicossociais; dimensões intangíveis; aspectos psicossociais: 51 artigos; (II) dimensões faltantes: 4 artigos; (III) empoderamento; empoderamento e autonomia; agência; empoderamento e agência: 29 artigos; (IV) vergonha e humilhação; vergonha; exclusão social; sentimento de comunidade: 12 artigos; e (V) bem-estar subjetivo; *psychosocial wellbeing*; bem-estar psicológico: 7 artigos.

A pesquisa inicial com termos e palavras-chave apresentou uma limitação importante. Por se tratar de um campo de estudo novo e de relativa abstração, não há uma nomenclatura universal, não ambígua. Os primeiros documentos encontrados foram resultantes da busca pela expressão: “pobreza multidimensional”. A discussão sobre a multidimensionalidade da pobreza, ainda que centrada na concepção de Sen sobre capacidades (SEN, 2000), abriu o debate para a análise da pobreza além da ótica monetária e restrita ao campo objetivo, ampliando tanto a teorização quanto a mensuração sobre dimensões de natureza intersubjetiva, relacional, psicossocial, como a expressão “dimensões faltantes” tão bem sinaliza (OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE & CAF, 2016).

Posteriormente, a revisão dos artigos, das pesquisas e dos documentos encontrados tornou possível identificar a nomenclatura mais utilizada para identificar os aspectos psicossociais da pobreza, os pontos e as perspectivas de convergência das teorias estudadas. No artigo, as expressões “aspectos psicossociais”, “dimensões menos tangíveis” e “dimensões psicossociais” são utilizadas como sinônimos, uma vez que englobam grande parte dos termos buscados. Os estudos da Universidade de Oxford e da autora Raczynski foram adotados como parâmetros para a definição da nomenclatura, uma vez que possuem forte embasamento teórico e, em muitas vezes, foram utilizados como fonte para os outros artigos sobre o tema.

Considerando-se a segunda camada (*se e como* tais dimensões estão presentes no desenho e nas estratégias dos programas de transferência de renda), as buscas pelos termos “empoderamento”, “autonomia” e “agência e autonomia”, em conjunto com as buscas por “programas de transferência condicionada de renda”, geraram a maior parte dos artigos. Por meio de tais buscas, encontraram-se documentos oficiais dos programas de transferência condicionada de renda de países da América

Latina e avaliações de impacto sobre os mesmos programas, destacando os efeitos sobre as dimensões do empoderamento e da autonomia, principalmente. Grande parte das avaliações trata dos programas mais conhecidos, implementados por países como Chile, México, Brasil e Colômbia, inclusive mediante a análise de modo comparado.

A busca pela expressão “vergonha e humilhação” resultou, simultaneamente, em conceituações restritas ao campo da psicologia e a discussões sobre o estigma social gerado pela pobreza. Porém, quando se aliaram os termos à expressão “programas de transferência condicionada de renda”, foi possível encontrar um arcabouço teórico de grande valia, enfatizando a vergonha e a humilhação como sentimentos cotidianos das pessoas pobres. Tal perspectiva surge a partir do relatório de desenvolvimento mundial de 2000/2001, quando o Banco Mundial publicou uma pesquisa extensa, que envolveu 60 países e cerca de 60 mil homens e mulheres, denominada: “*Voices of the Poor*” (THE WORLD BANK, 2000a; 2000b; 2002).⁵

Os termos “empoderamento”, “autonomia”, “agência”, “vergonha” e “humilhação” podem ser encontrados na literatura como aspectos subjetivos, dimensões psicossociais ou aspectos psicossociais. É importante ressaltar que a expressão “bem-estar psicossocial” – pesquisada em inglês como “psychosocial wellbeing” – gerou resultados quantitativos e qualitativos. A maioria das avaliações que envolviam tal expressão estava associada a programas de transferência de renda implementados no continente africano. Tais termos foram raramente encontrados em relação às experiências latino-americanas.

Com o intuito de trazer à luz programas que reconhecem a presença de aspectos menos tangíveis da pobreza, foram selecionados 11 programas de transferência de renda implementados na América Latina.⁶ A seleção dos programas levou em consideração a sua implementação em

5 A pesquisa gerou três compilados distintos de documentos. O primeiro (“*Can Anyone Hear Us?*”) ouviu 40 mil homens e mulheres em 50 países. O segundo (“*Crying Out for Change*”) envolveu um outro trabalho de campo em 23 países. Já o terceiro (“*From Many Lands*”) é o produto de um estudo de caso realizado em 14 países. Trata-se de um esforço considerável do Banco Mundial em inserir uma perspectiva qualitativa na mensuração da pobreza.

6 Oportunidades (Programa de Desenvolvimento Humano, ex-Progresá) (1997-2014), do México; Prospera: Programa de Inclusão Social (2014-2019), do México; Plano Nacional de Atenção à Emergência Social (Panes) (2005-2007), do Uruguai; Ponte para o Desenvolvimento (2015), da Costa Rica; Red Unidos (ex-Red Juntos) (2007-), da Colômbia; Más Familias en Acción (2001-), da Colômbia; Chile Seguridades y Oportunidades – SSyOO (Renda Ética Familiar – IEF) (2012-), do Chile; Chile Solidário – Programa Puente (2002-2017), do Chile; Bolsa Família (2003-), do Brasil; Asignación Universal por Programa de Ciudadanía Portena (2005-), da Argentina; Hijo para Protección Social (2009-), da Argentina.

países cujas redes de proteção social são consideradas de alta densidade (BRONZO & REPETTO, 2015). O *site* da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (<https://dds.cepal.org/bpsnc/ptc>) apresenta um banco de dados e um compilado de artigos sobre cada programa, incluindo seus componentes e suas características principais. A partir das informações obtidas no *site* da Cepal, a busca se estendeu aos *sites* oficiais dos programas. Dessa forma, cinco programas foram descartados pela ausência de termos relacionados aos aspectos psicossociais. Assim, a análise se concentrou nos programas do Brasil, do México, do Chile, da Costa Rica e da Colômbia. Ao se realizar tal análise, o intuito foi visualizar se as dimensões menos tangíveis da pobreza se apresentam nos programas e de que forma é possível enxergá-las.

Acerca das dimensões psicossociais – ou menos tangíveis – da pobreza, os estudos ainda são incipientes, mas pode-se dizer que emergiram a partir de autores diversos (RACZYNSKI, 2002; THE WORLD BANK, 2002; NARAYAN, 2022), que destacaram a importância de aumentar a segurança e a autoestima da população pobre como estratégia para a superação da pobreza. Raczynski (2002) adota a perspectiva da dupla condição de pobreza como fenômeno que agrega dimensões materiais e não materiais, o que permite inferir que a sua superação exige algo como duas rodas interdependentes uma da outra, com a possibilidade de girarem juntas para frente e para trás (RACZYNSKI, 2002, p. 6; MIDEPLAN, 2002, p. 9). É necessário que haja sinergia entre os dois movimentos, entre fatores exógenos e endógenos às pessoas.

De acordo com a autora, em muitas situações de pobreza, principalmente em seu núcleo duro, é possível perceber um “estado psicológico negativo” (RACZYNSKI, 2002, p. 5) como fruto das interações e relações sociais perpassadas por situações de humilhação, vergonha e submissão. De igual modo, a baixa autoestima, a resignação, a apatia, o ressentimento, a subalternidade e a baixa expectativa quanto ao futuro são expressões de natureza não material que acabam por limitar as possibilidades de que as pessoas pobres se apropriem de suas vidas e achem saídas para as situações em que se encontram.

É importante ter claro, entretanto, que tais atitudes de natureza psicossocial são construídas nas interações cotidianas que os indivíduos estabelecem com vizinhos, a família, a comunidade e os agentes institucionais. Além disso, podemos acrescentar que tais interações são permeadas por fenômenos estruturais, por matrizes de desigualdades que

se sobrepõem, como renda, cor e gênero, o que mostra ainda de forma mais evidente a natureza complexa da pobreza, que é, ao mesmo tempo, um fenômeno macroestrutural que se reproduz no cotidiano e no nível micro da vida social. Por isso, é fundamental analisar a pobreza a partir das dimensões estruturais e de vetores históricos de desigualdades. Mas é igualmente relevante compreender as dimensões relacionais e de natureza intersubjetiva que perpassam a reprodução e o cotidiano da pobreza.

Destaca-se que a consideração do aspecto relacional da pobreza indica a necessidade de mudanças que vão além dos indivíduos pobres. As relações que se criam entre estes e os não pobres são constitutivas e determinantes da autonomia ou da dependência que se estabelece entre os agentes públicos e os destinatários das políticas de inclusão. Frequentemente, as relações que se estabelecem entre os setores pobres e os agentes governamentais e não governamentais são relações assimétricas, que favorecem a dependência e a estigmatização, de maneira que se reforçam as atitudes de passividade e resignação. Nesse aspecto, ressalta-se a centralidade dos estudos sobre os “burocratas de nível de rua”, os agentes públicos que interagem face a face com usuários e beneficiários das políticas públicas, porque nessas interações e nos “encontros burocráticos” são forjadas e transformadas identidades e trajetórias de vida, alterando ou reforçando os aspectos de natureza relacional e psicossocial, assim como as estruturas de desigualdades (PIRES & LOTTA, 2019; PIRES, 2020).

A pesquisa desenvolvida pela Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) está em consonância com os demais autores que afirmam que as análises tradicionais sobre a pobreza não consideram outros aspectos significativos para a compreensão do fenômeno. Tais aspectos são denominados como “dimensões faltantes” pela pesquisa da Universidade de Oxford (OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE & CAF, 2016).

É importante ressaltar que o intuito principal da pesquisa desenvolvida pela OPHI é construir e buscar indicadores internacionais que possam mensurar as dimensões faltantes e, assim, auxiliar na formulação de políticas e programas voltados para a superação da pobreza multidimensional. A síntese dos trabalhos analisados naquela pesquisa resultou em seis dimensões consideradas faltantes nos estudos sobre a pobreza: (I) empoderamento e agência; (II) segurança física; (III) a capacidade de viver a vida sem sentir vergonha; (IV) a qualidade

do emprego; (V) a conectividade social; e (VI) o bem-estar psicológico e subjetivo.

O conceito de “empoderamento” envolve a noção de administrar o poder e ter consciência e liberdade para tomar suas próprias decisões. Gita Sen (1997) indica que o termo está ligado a um maior controle externo sobre os recursos (quer sejam materiais, financeiros, intelectuais ou físicos) e sobre as crenças, os comportamentos e as atitudes. O empoderamento amplia a capacidade de expressão e autoafirmação dos indivíduos e está relacionado às noções de agência e capacidade de ação (SEN, 1997;⁷ *apud* BRONZO & PRATES, 2012, p. 111; TOMASSINI E ÁLVAREZ, 2006). Vários estudos se dedicam a buscar formas de mensurar tal fenômeno (MALHOTRA; SCHULER & BOENDER, 2002; ALSOP, 2005; SOUZA FILHO, 2022). Mas o que cabe aqui destacar é que a noção de empoderamento relaciona-se com a noção de agência por um lado e com a dimensão da estrutura por outro (ALSOP, 2005), sendo algo contingente das relações entre as duas dimensões. Ou seja, a capacidade dos indivíduos de fazer escolhas depende das estruturas de oportunidades⁸ existentes, que podem possibilitar ou não a efetivação de tais escolhas.

Quanto à dimensão da “capacidade de passar pela vida sem sentir vergonha”, o que se afirma é que as pessoas que se encontram em situação de pobreza vivem acompanhadas por sentimentos de vergonha e humilhação, que acabam por influenciar negativamente suas experiências em outras dimensões. Tais sentimentos podem aprofundar a situação de pobreza, na medida em que estão relacionados à exclusão social, à angústia e à baixa autoestima (THE WORLD BANK, 2002; SAMUELS & STAVROPOULOU, 2016), tornando os indivíduos pobres mais suscetíveis a entrar em colapso psicológico (NUSSBAUM, 2004;⁹ *apud* RÊGO & PINZANI, 2014).

7 SEN, Gita. **Empowerment as an approach to poverty**. Working Paper Series nº 97, 7 dec. 1997 (background paper to the Human Development Report, 1997), mimeo.

8 Segundo o enfoque da vulnerabilidade, ela pode ser definida como uma configuração negativa, formada a partir da interseção do plano macro (estrutura de oportunidades) com o plano micro, relativo à dimensão dos ativos de diversas naturezas e tipos, entendidos como recursos que os indivíduos, as famílias e as comunidades possuem e são necessários para a prevenção, a mitigação ou a superação da pobreza. Com base no referido enfoque, por estrutura de oportunidade entende-se o contexto econômico, político e social que determina as possibilidades de adquirir e acumular ativos ou, de outra forma, como a oferta institucionalizada de oportunidades que proporcionam o mercado, o Estado e a sociedade, sobretudo pelas provisões das políticas públicas e sociais (KAZTMAN; FILGUEIRA, 2006).

9 NUSSBAUM, M. **Emotions as judgments of value and importance**. In: SOLOMON, R. (ed.), *Thinking about Feeling*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

Sennett (2004) associa a humilhação aos sentimentos de vergonha e perda do autorrespeito (SENNETT, 2004;¹⁰ *apud* RÊGO & PINZANI, 2014). Os indivíduos humilhados passam a acreditar que merecem sofrer a humilhação e que toda a situação apresentada deriva de uma falta da parte deles e não dos arranjos socioeconômicos e estruturais. Os conceitos de vergonha e humilhação estão fortemente relacionados ao estigma que acompanha a pobreza e à forma como os indivíduos são vistos e enxergam a si mesmos (PAUGAM, 2007). Sawaia (2001) usa a expressão “sofrimento ético-político” para tratar da referida condição.

A “conectividade social” está relacionada à capacidade dos indivíduos de estabelecer relações interpessoais. Uma vida pautada pela ausência de conectividade social significa um estado de isolamento social, responsável por aprofundar as mazelas originadas pela pobreza (OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE & CAF, 2016). Ambos os conceitos – isolamento social e exclusão social – remetem à ausência de relações afetivas entre os indivíduos nas comunidades ou nos diferentes setores. Diversos autores ressaltam a dimensão relacional como central para a compreensão e a atuação sobre a pobreza (MARQUES, 2010), afirmando que a carência de relações impacta negativamente a superação da pobreza, seja pela maior dificuldade de acesso a informações sobre empregos e políticas assistenciais ou pela ausência de sentimentos de acolhimento, afeto e amizade, importantes na superação de aspectos negativos da pobreza (OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE & CAF, 2016).

A última dimensão selecionada pela Universidade de Oxford é, talvez, a que possui maior grau de subjetividade: bem-estar. Na literatura pesquisada, o termo aparece como bem-estar psicossocial, bem-estar psicológico ou ainda bem-estar subjetivo. De uma forma geral, todos apontam para características internas (próprias do indivíduo) e características externas (pautadas por situações que afetam a saúde mental daqueles que as vivenciam) (SAMMAN, 2007). Tais termos enfatizam aspectos como autoaceitação, autorrespeito, autoestima, autossuficiência, ausência de sentimentos de vergonha e relações interpessoais positivas, pautadas pela confiança, pela reciprocidade e pela autonomia, incluindo a independência emocional, o domínio ambiental, os objetivos de vida

10 SENNETT, Richard. Respeito: A formação do caráter em um mundo desigual. Editora Record, 2004.

(ter um senso de direção e objetivos alcançáveis) e o crescimento pessoal (ATTAH et al., 2016; SAMUELS & STAVROPOULOU, 2016), além de satisfação com a vida e a presença de sentimentos positivos (felicidade) (MARTÍNEZ & MAIA, 2018).

Como os programas de transferência de renda lidam com tais dimensões?

Os programas de transferência condicionada de renda (PTCR) são parte das políticas públicas integrantes das redes de proteção social e surgiram a partir da década de 1990 em todo o continente latino-americano (NAZARENO & VASCONCELOS, 2015; COHEN & FRANCO, 2006), estendendo-se posteriormente para os países africanos.

Assim, eles se inserem no campo da proteção social como um investimento em capital humano, partindo da concepção de pobreza multidimensional (COHEN & FRANCO, 2006). O grande destaque desse tipo de programa está no seu desenho contratual ou nas condicionalidades, fundamentado no desenvolvimento de um comportamento positivo, por parte da população pobre, que permita, no médio prazo, melhores condições de enfrentamento da pobreza, pelo acúmulo de capital humano. A premissa é que a reprodução intergeracional da pobreza está relacionada à ausência de investimentos em capital humano (VILLATORO, 2005). Vários autores (COHEN & FRANCO, 2006; RÊGO & PINZANI, 2014) destacam que as transferências monetárias possuem a premissa de que contribuem para a autonomia das pessoas pobres, uma vez que estas podem exercer a liberdade de escolher o destino do dinheiro.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) destaca que, de um modo geral, os programas de transferência condicionada de renda possuem características particulares, que dependem da sua implementação nacional: (I) focam na superação da pobreza no curto e longo prazo; (II) enfatizam o papel da mulher dentro da família, sobretudo porque são elas quem, geralmente, recebem o benefício monetário; (III) supõem benefícios variados, a partir da composição familiar; e (IV) exigem condicionalidades (CEPAL, 2017), que constituem outra característica em comum entre os diferentes programas de transferência condicionada de renda na América Latina. Grande parte dos programas

possui condicionalidades relacionadas às áreas de saúde, educação, alimentação e nutrição. Poucos programas possuem condicionalidades associadas ao alcance de objetivos de cunho psicossocial ou relacionados às dimensões subjetivas da pobreza.

Um outro aspecto importante é que grande parte dos programas inclui, em seu desenho, o acompanhamento familiar. Trata-se de um tipo de acompanhamento que é visto como de grande auxílio no desenvolvimento de capacidades essenciais para as pessoas pobres (MILLARD & FERNÁNDEZ, 2019; FOSIS, 2004). Entretanto, a depender da centralidade das dimensões psicossociais na concepção do programa, o acompanhamento familiar, em cada programa, é revestido de uma característica distinta.

Somente nos dois programas do Chile existem condicionalidades explícitas em relação às dimensões de cunho psicossocial e um acompanhamento familiar, que tem como objetivo específico atuar e transformar as referidas dimensões. O Programa Puente – componente do Sistema Chile Solidário – e o Programa Chile Seguridades y Oportunidades (Ingreso Ético Familiar – IEF) apresentam, de forma explícita, em seu desenho, os aspectos de natureza psicossocial. Na verdade, o IEF, posterior ao Puente, incorporou (e alterou) o desenvolvimento da citada dimensão, entendida como um dos eixos centrais da estratégia. Assim como o seu antecessor, o Ingreso Ético Familiar conta com um componente psicossocial baseado no acompanhamento familiar (apoio familiar) e garante o acesso preferencial a um conjunto de programas públicos, prioritariamente nas áreas de saúde, educação e trabalho (LARRAÑAGA et al., 2015). Pesquisas de avaliação reconhecem que o contato com os apoios proporcionou às famílias maior sensação de controle sobre suas decisões, contribuindo para o fortalecimento da autonomia (LARRAÑAGA et al., 2015; GALASSO & CARNEIRO, 2008; FOSIS, 2006; PERTICARA, 2007).

Nos referidos programas chilenos, o apoio psicossocial e o interesse pela dimensão intersubjetiva da pobreza estão presentes com centralidade no nível conceitual e substantivo do que significa empoderamento, autonomia ou outros objetivos manifestos do programa. E também estão expressos no âmbito estratégico e operacional, com diretrizes e metodologias de intervenção orientadas para a produção de efeitos ou resultados, também nessas dimensões. Os PTCR chilenos apresentam um desenho específico que não apenas considera a

importância de trabalhar a dimensão psicossocial da pobreza junto às pessoas pobres, mas buscam formas de materializar tal dimensão com dispositivos metodológicos que sustentam o trabalho do apoio familiar.

De um modo geral, nota-se que as dimensões psicossociais da pobreza são citadas no desenho e nos objetivos de apenas alguns programas de transferência condicionada de renda da América Latina. O programa *Puente al Desarrollo*, da Costa Rica, por exemplo, reconhece a multidimensionalidade da pobreza e enfatiza a necessidade de políticas integradas que busquem maior aproveitamento dos recursos ao alcance das pessoas pobres (IMAS, 2015, p. 3). O papel do cogestor social no programa da Costa Rica possui semelhanças com o apoio familiar do programa chileno *Puente*, uma vez que o referido ator possui a tarefa de acompanhar as famílias e realizar um atendimento individualizado e personalizado. No entanto, diferentemente do que ocorre nos programas chilenos, no programa da Costa Rica o cogestor assume, principalmente, um papel de “ponte” entre as famílias e a oferta institucional de bens e serviços, sem atuar diretamente – de forma intencional e programática, com objetivos e metas claras – nas dimensões relacionais ou intersubjetivas.

Outro programa da América Latina sobre o qual foi possível encontrar mais informações é o *Red Unidos* (ex-*Red Juntos*), da Colômbia. O programa colombiano possui como objetivo atuar no fortalecimento das capacidades daqueles indivíduos que se encontram em situação de pobreza extrema e melhorar suas condições de vida. Apesar de não citar claramente o termo “acompanhamento psicossocial”, como o fazem os programas do Chile, é possível notar que o *Red Unidos* trabalha com ações voltadas para a mudança de comportamentos e atitudes e busca estimular processos de autorreflexão.

Para além da América Latina, os PTCR também estão presentes no continente africano. Uma grande parte das pesquisas de avaliação relacionadas ao “psychosocial wellbeing” destaca os efeitos dos programas de transferência de renda na Ásia e na África Subsaariana. Os estudos, randomizados e com o uso de *designs* experimentais ou quase experimentais, tanto na África quanto na América Latina, mensuram mudanças no desenvolvimento psicossocial dos beneficiários, encontrando efeitos diretos no âmbito psicossocial – redução da agressividade de crianças e dos níveis de estresse e doenças mentais, diminuição da sensação de vergonha e humilhação e aumento do otimismo, da

autoestima e da sensação de ter um futuro, dentre outros aspectos – que revelam impactos bastante objetivos nas dimensões mais subjetivas da pobreza (SAMUELS & STAVROPOULOU, 2016).

Considerações finais

Inicialmente, é importante ressaltar que a literatura sobre a dimensão psicossocial na pobreza ainda é incipiente no Brasil e, portanto, grande parte da bibliografia e dos documentos analisados remete a pesquisas realizadas fora do território brasileiro. Foi possível notar que os termos “empoderamento” e “autonomia” estão fortemente relacionados ao tema e, por tal razão, a maioria dos artigos busca identificar impactos dos PTCR nas referidas dimensões, enfatizando, sobretudo, mudanças nas relações de gênero e o empoderamento feminino.

Quanto à interação entre os aspectos psicossociais e os PTCR, ela pôde ser verificada de duas formas: uma, denominada de articulação direta, ocorre quando os aspectos psicossociais são abordados diretamente no desenho e na implementação dos programas. Os PTCR que reconhecem os aspectos psicossociais da pobreza e possuem ações voltadas para o fortalecimento de tais aspectos são, portanto, detentores de relações diretas. Tais ações podem ser materializadas pelo acompanhamento psicossocial e familiar e pela intenção, manifesta nos objetivos do programa, de atuar para o fortalecimento do empoderamento, da autonomia, da agência ou do bem-estar das famílias. O exemplo mais claro de tal interação refere-se aos programas do Chile. Somente os programas do Chile, dentre os 11 analisados, se destacam pela articulação direta entre as ações desenhadas e implementadas e a busca pela alteração nas dimensões de natureza psicossocial ou menos tangíveis.

Em contrapartida, são identificados como detentores de relações indiretas os programas dos quais só foi possível presumir efeitos positivos sobre os aspectos psicossociais da pobreza, sem, no entanto, a possibilidade de verificar as ações concretas com o intuito de trabalhar sobre as referidas dimensões. Tais programas reconhecem a presença dos aspectos psicossociais, mas estes não são diretamente abordados nas intervenções. O pressuposto é que os PTCR podem gerar impactos positivos, por si só, nas citadas dimensões. Indubitavelmente, ter acesso a uma renda maior interfere no acesso ao mercado. Por consequência, os resultados sobre a inserção laboral podem impactar a mobilidade

social e as dimensões de autoestima e autonomia. Mas a maioria dos programas, embora considere a presente perspectiva de fundo, não a explicita e nem atua diretamente para alterar aspectos de natureza relacional, intersubjetiva ou de natureza psicossocial.

Se o debate sobre as dimensões menos tangíveis são bem trabalhadas e estão presentes na literatura sobre a pobreza, já no campo da ação pública, os PTCR – em sua grande maioria – não incorporam, de forma clara e intencional, tais dimensões. Embora nas narrativas e nos diagnósticos dos programas apareça a informação de que a pobreza é multidimensional e de que, em alguns casos, tem-se o reconhecimento dos fatores intangíveis presentes em sua produção e reprodução, o desenho dos programas não explicita *se e como* eles atuam sobre tais dimensões ou os fatores ou como mensurar os resultados. A pesquisa realizada evidenciou que os PTCR, em sua maioria, não trazem explícita a percepção dos aspectos psicossociais ou não mencionam como os referidos aspectos, no caso de serem reconhecidos, serão modificados pelas ações desenvolvidas. Também existem poucos estudos, análises ou avaliações que busquem capturar os efeitos dos programas em tais dimensões, com exceção das experiências africanas, que apresentam um conjunto maior de estudos avaliativos (ATTAH et al., 2016; SAMUELS & STAVROPOULOU, 2016).

Portanto, se no campo da teoria social tem-se cada vez mais espaço para a percepção das dimensões menos tangíveis da pobreza e existem substantivos esforços para a sua mensuração, no campo da teoria dos programas ou no campo da ação pública, de uma forma mais geral, o desenho dos programas de transferência de renda não leva em conta tais dimensões para delinear sua estratégia de intervenção. Por tal razão, no desenho da política, sem a explicitação dos mecanismos (a teoria do programa) pelos quais as ações dos programas afetam as dimensões psicossociais, dificilmente os efeitos nas referidas dimensões poderão ser mensurados, caso sejam produzidos. Isso constitui uma limitação para tais programas, uma vez que assim não se produzem evidências das alterações que os PTCR produzem nas vidas das pessoas beneficiárias nas dimensões de natureza relacional e psicossocial. É necessário avançar nas tentativas de construção de pontes entre a concepção teórica ampliada sobre a pobreza e a intervenção no campo governamental.

Sintetizando-se o tema, a partir deste estudo exploratório, tem-se que as pontes são fracas, quase inexistentes. Apenas o Ingresso Ético

Familiar, do Chile, uma revisão do Programa Puente, considera explicitamente e de forma sistemática a intervenção nas dimensões psicossociais e apresenta evidências de resultados e transformações no referido âmbito. Os demais programas analisados – embora a “gramática do menos tangível” esteja presente no uso de termos como “autonomia”, “empoderamento”, “autoestima” e “protagonismo” – não incorporam, de fato, tais elementos na produção da política. Os desafios para tal incorporação são de naturezas diversas, mas sobretudo é importante avançar na explicitação das “teorias de mudança” que sustentam as intervenções, para evidenciar a existência de tais dimensões como algo a ser transformado.

Mas não se pode esquecer, jamais, que as alterações em tais esferas do intangível não ocorrem sem mudanças bastante tangíveis, objetivas, materiais e estruturais na vida concreta das pessoas em situação de pobreza. Nunca é demais repetir que afirmar a relevância das dimensões de natureza psicossocial, relacionais, na compreensão da pobreza não implica desconsiderar o peso determinante das condições materiais de existência e o papel fundamental do Estado, do mercado e da sociedade no enfrentamento de uma questão que é social em sua gênese e reprodução.

Não se trata de adotar uma perspectiva individualista ou meritocrática no enquadramento do tema, mas sim de seguir um caminho aberto por Simmel, ao reconhecer os pobres para além de sua condição objetiva de pobreza, entendendo o referido fenômeno pelo prisma dos laços e vínculos sociais como algo eminentemente relacional (SIMMEL, 1907; *apud* IVO, 2008), que fala de proteção e desproteção, empoderamento ou estigmatização, inserção ou segregação social. Avançar nesta agenda de pesquisa e de ação permitiria, talvez, transformações mais substantivas no campo das políticas públicas, ao permitir uma visão das interações complexas entre as dimensões objetivas e subjetivas da vida social.

Referências

ALSOP, Ruth. *Empowerment: if it matters, how do we measure it?* Conference Paper. International Conference: The Many Dimensions of Poverty. Brasil, 2005. Disponível em: <https://ipcig.org/conference/md-poverty/papers/Ruth_.pdf>. Acesso em: 31 maio 2024.

ATTAH, Ramlatu; BARCA, Valentina; KARDAN, Andrew; MACAUSLAN, Ian; MERTTENS, Fred; PELLERANO, Luca. **Can social protection affect psychosocial wellbeing and why does this matter?** Lessons from Cash Transfers in Sub-Saharan Africa. *The Journal of Development Studies*: 52.1-17, 2016. DOI: 10.1080/00220388.2015.1134777.

ALKIRE, Sabina. **Multidimensional poverty and its discontents** (november 1st, 2011). OPHI Working Paper n° 46, Available at SSRN. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2118543>> e <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2118543>>.

ALKIRE, Sabrina; FOSTER, James. **Counting and multidimensional poverty**. In: BRAUN, J. et al. *The poorest and hungry: assessment, analyses, and actions*. Washington: International Food Policy Research Institute, p. 77-90, 2009. DOI: 10.2499/9780896296602bk.

BRONZO, Carla; PRATES, Ian. **Tocando o intangível**: explorando efeitos de programas sociais nas dimensões menos tangíveis da pobreza. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, v. 17, n° 60, p. 111, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.12660/cgpc.v17n60.4030>>.

BRONZO, Carla; REPETTO, Fabián. **Enfoque integral de la protección social y desafíos para América Latina**. Coordinación de Políticas Sociales: Desafíos para la Gestión Pública. Programa EUROsocial. Madrid, 2015. Disponível em: <http://sia.eurosocial-ii.eu/files/docs/1453800699-estudio_18.pdf>.

CECCHINI, Simone; ATUESTA, Bernardo. **Programas de transferencias condicionadas en América Latina y el Caribe**: Tendencias de cobertura y inversión. Santiago del Chile: CEPAL, 2017. (Serie: Políticas Sociales). Disponível em: <<https://hdl.handle.net/11362/41811>>.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Los programas de transferências com corresponsabilidad em América Latina**: similitudes y diferencias. In: COHEN E. & FRANCO, R. (coord.). *Transferências com Coresponsabilidad. Una mirada latinoamericana*. México, SEDESOL, 2006.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Oportunidades* (Programa de Desenvolvimento Humano, ex-Progres) (1997-2014), México. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=22>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Prospera. Programa de Inclusão Social (2014-2019), México. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=92>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Plano Nacional de Atención à Emergência Social (PANES) (2005-2007), Uruguai. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=32>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Red Unidos (ex-Red Juntos) (2007), Colômbia. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=34>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Más Familias en Acción (2001), Colômbia. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=12>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Chile – Seguridades y Oportunidades – SSyOO (Renda Ética Familiar – IEF) (2012), Chile. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=61>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Chile Solidário – Programa Puente (2002-2017). Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=11>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Bolsa Família (2003), Brasil. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=6>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Asignación Universal por Programa de Ciudadanía Portena (2005), Argentina. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=3>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Hijo para Protección Social (2009), Argentina. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=162>>.

FERES, Juan Carlos & MANCERO, Xavier. **Enfoques para la medición de la pobreza**. Breve revisión de la literatura. CEPAL, Série Estudios Estadísticos y Prospectivos, nº 4. Santiago do Chile, 2001.

FOSIS – Fondo de Solidaridad e Inversión Social. **Las condiciones mínimas para la construcción del Puente**. Serie Reflexiones desde el Puente nº 3, Mideplan, Santiago, 2004.

FOSIS – Fondo de Solidaridad e Inversión Social. **Estudio de los factores resilientes y del capital social y humano en familias participantes del Sistema Chile**. Documento nº 3. Série de Estudos sobre o Programa Puente. Santiago, 2006. Disponível em: <<https://xdoc.mx/preview/estudio-de-los-factores-resilientes-y-del-capital-social-y-humano-5e5ebc0e25a08>>.

FOSIS – Fondo de Solidaridad e Inversión Social. **Caracterización y evaluación del vínculo entre el apoyo familiar y las personas participantes del Programa Puente**. Santiago, 2006. Disponível em: <<https://www.desarrollosocialyfamilia.gob.cl/btca/txtcompleto/chs/1855328539493eef615cc40.pdf>>.

GALASSO, Emanuela; CARNEIRO, Pedro (2008). **Lessons from the evaluations of Chile Solidario**. Washington D.C.: The World Bank, vol. 44, nº 2 (may, 2012), pp. 347-372. DOI: 10.1017/s0022216x12000053.

IMAS – Instituto Mixta de Ayuda Social. **Puente al Desarrollo** (2015), Costa Rica. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/6335.pdf>.

IVO, Anete B. L. Georg Simmel e a “sociologia da pobreza”. Resenha Temática. Cad. CRH 21 (52), abr., 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000100013>>. Acesso em: 31 maio 2024.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, J. M. P. (org.). *Novas Metrópoles Paulistas: População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Unicamp, 2006.

LARRAÑAGA, Osvaldo; CONTRERAS, Dante; CABEZAS, Gustavo. **Políticas contra la pobreza: de Chile Solidario al Ingreso Ético Familiar**. In: LARRAÑAGA y CONTRERAS (eds.). *Las nuevas políticas de protección social en Chile*. Edición ampliada y actualizada (pp. 32-65). Santiago: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo – PNUD, 2015.

MALHOTRA, Anju; SCHULER, Ruth Sidney; BOENDER, Carol. **Measuring women’s empowerment as a variable in international development**. The World Bank – Workshop on Poverty and Gender, 2002, Anais. Washington, 2002.

MARTÍNEZ, Daniel Morales; MAIA, Alexandre Gori. **The impacts of cash transfers on subjective wellbeing and poverty: The case of Colombia.** Journal of Family and Economic Issues (2018), 39:616-633. DOI: 10.1007/s10834-018-9585-4.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. **Redes sociais, segregação e pobreza.** São Paulo: Ed. Unesp, Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MILLARD, Manuel; FERNÁNDEZ, Emiliano. **La inducción comportamental en los programas de transferencia monetaria condicionada en América Latina.** Revista Debate Público. Reflexión de Trabajo Social, año 9, nº 17, 2019.

KAKWANI, N. et al. (eds.). **The many dimensions of poverty.** United Nations Development Programme (UNDP), 2007.

NAZARENO, Luisa A.; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. **Transferências condicionadas de renda: origens, fundamentos e tendências recentes na África Subsaariana.** Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI), nº 19, jan./abr. 2015.

NARAYAN, D. (ed.). **Empowerment and poverty reduction: a sourcebook.** The World Bank, Washington D.C., 2002. Disponível em: <<https://www.ircwash.org/sites/default/files/Narayan-2002-Empowerment.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2024.

OTTONELLI, Janaina et al. **A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS).** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 45, nº 3, p. 837-859, jun. 2011.

OXFORD POVERTY & HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (OPHI) & CAF (2016). **Las dimensiones faltantes en la medición de la pobreza.** Bogotá: Centro para el Desarrollo Humano Centro Lyra; Centro para el Desarrollo Humano IERU; CAF; Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI).

PAUGAM, Serge. **Las formas elementales de la pobreza** (2007). Madrid, Alianza, 306 pp.

PERTICARA, Marcela. **Análisis cuantitativo de impacto del Sistema Chile Solidario.** Santiago: Ministerio de Planificación y Cooperación (Mideplan), 2007.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; LOTTA, Gabriela. **Burocracia de nível de rua e (re)produção de desigualdades sociais**: comparando perspectivas de análise. In: PIRES, R. R. C. (org.). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

PIRES, Roberto Rocha C. **Encontros burocráticos e suas reverberações simbólicas**: uma exploração das experiências de interação cotidiana com agentes do Estado. IPEA: Boletim de Análise Político-Institucional, nº 23, jun., 2020.

RACZYNSKI, Dagmar. **Equidad, inversion social y pobreza**. Innovar en como se concibe, diseña y gestiona las politicas y los programas sociales. Mimeo. Documento preparado para el Seminario Perspectivas Innovativas en Política Social. Desigualdades y Reducción de Brechas de Equidad, Mideplan – Cepal, 23-24 de mayo de 2002.

RÊGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora da Unesp, 229 pp, 2013.

SAMMAN, E. **Psychological and subjective well-being**: a proposal for internationally comparable indicators. Oxford Development Studies, december, 1-29, 2007.

SAMUELS, Fiona; STAVROPOULOU, Maria. **‘Being able to breathe again’**: the effects of cash transfer programmes on psychosocial wellbeing. The Journal of Development Studies, 52:8, 1099-1114, 2016. DOI: 10.1080/00220388.2015.1134773.

SAWAIA, Bader B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras, 2010.

SPICKER, Paul. **The idea of poverty**. Bristol University Press, Policy Press, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/j.ctt1t899tg>>.

SOUZA FILHO, Antônio Maria Claret de. **Pobreza, capacidades e índices multidimensionais: potenciais e limitações da incorporação de dimensões faltantes**. Tese (Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUC-MG, 2022. Disponível em: <<https://bib.pucminas>>.

br/teses/CienciasSociais_AntonioMariaClaretDeSouzaFilho_29642_Textocompleto.pdf>. Acesso em: 31 maio 2024.

THE WORLD BANK. NARAYAN, Deepa; PATEL, Raj; SCHAFFT, Kai; RADEMACHER, Anne; KOCH-SCHULTE, Sarah (orgs.). **Voices of the Poor: Can Anyone Hear Us?** Oxford University Press (2000a). Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/131441468779067441/pdf/multi0page.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2024.

THE WORLD BANK. NARAYAN, Deepa; CHAMBERS, Robert; SHAH, Meera K.; PETESCH, Patti (orgs.). **Voices of the Poor: Crying Out for Change.** Oxford University Press (2000b). Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/501121468325204794/pdf/multi0page.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2024.

THE WORLD BANK. NARAYAN, Deepa; PETESCH, Patti (orgs.). **Voices of the Poor: From Many Lands.** Oxford University Press (2002). Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/864691468233712217/pdf/multi0page.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2024.

TOMASSINI, Luciano; ÁLVAREZ, Maria Isabel. **El empoderamiento de las familias de extrema pobreza a traves del Programa Puente.** Análise de resumos nas dissertações de mestrado em Política e Governo da Universidad de Concepción, Chile, 2006.

VILLATORO, Pablo. **Programas de transferencias monetarias condicionadas: experiências en América Latina.** Revista Cepal, nº 86, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10469/1065>>.